

# Ministério diz que não acusou no caso SPI

1968. 03. 28. 10. 18

## A história das declarações

Departamento de Pesquisa

O Ministério do Interior, em nota oficial, desmentiu ontem que a Comissão de Inquérito que investiga as matanças de índios e roubos no extinto SPI tenha acusado "certas e determinadas pessoas" — numa clara referência ao ex-Diretor Major Luis Vinhas Neves — e afirma ainda que o Ministério do Interior, General Albuquerque Lima, nunca fez "insinuação ou declaração de sentido pessoal em torno do assunto".

A nota oficial, um documento de duas laudas com nove itens, acusa a imprensa nacional e internacional de sensacionalismo e escândalos na divulgação das notícias sobre o inquérito-escândalo, todas, entretanto, originadas de declarações feitas pelas autoridades do próprio Ministério do Interior, justamente as responsáveis pelo inquérito.

### INTEGRA

É a seguinte, na íntegra, a nota oficial:

"O Ministério do Interior esclarece problemas dos inquéritos no extinto SPI."

— A propósito de comentários da imprensa sobre a repercussão de fatos arrolados em inquérito administrativo aberto pelo Ministério do Interior, em torno da responsabilidade do SPI e de funcionários públicos no trato das comunidades e do patrimônio indígenas, o Gabinete do Ministro do Interior oferece a opinião pública os esclarecimentos seguintes:

a) — as conclusões do inquérito administrativo, em referência, serão oportunamente divulgadas, logo que o processo esteja terminado, de acôr-

do com as prescrições legais ressalvado o direito de defesa dos acusados; não movendo a Administração outro propósito senão o de apurar rigorosamente os fatos, de definir os responsáveis por quaisquer atos ilícitos, administrativos ou criminais, praticados contra a pessoa ou o patrimônio dos silvícolas e as comunidades tribais, bem como por malversações de verbas públicas destinadas à assistência ao índio;

b) — além das sanções administrativas, que couberam em repressão às faltas disciplinares comprovadas, a Administração velará para que sejam encaminhados à apreciação e decisão da Justiça os elementos de fato que envolvam caracteres de criminalidade;

c) — o inquérito administrativo, em causa, se reporta a decênios de inércia administrativa do setor de proteção ao índio, de que resultaram o abandono e a ruína das populações indígenas, mas envolve também as investidas, nas áreas indígenas, dos grupos interessados em se apossar das terras para a obtenção de riquezas extrativas, provocando as lutas desiguais. Muitos dos fatos arrolados foram, portanto, de ocorrência antiga;

d) — o inquérito, como já mencionado, se acha em fase final, e as suas eventuais delongas se deverão, tão-somente, à observância de prazos para permitir o efetivo exercício do direito de defesa dos indicados, residentes em lugares diversos e distantes e sendo de exigir a realização da citação de todos;

e) — é propósito da autoridade ministerial alargar e aprofundar as investigações, com base nas indicações colhidas,

instituição, para isso, um certo número de comissões de inquérito, que tenha em mira a apuração de fatos específicos ou o critério regional, mas tais providências não interferem no curso do inquérito atual;

f) — a massa de fatos e de elementos prolatórios que constituem a matéria do inquérito empresta grande complexidade à análise e julgamento respectivos, incorrendo qualquer afirmação da Comissão de Inquérito envolvendo certas e determinadas pessoas e situações, tal como tem sido noticiado com certo sensacionalismo, sendo de atribuir às versões veiculadas, com escândalo, ao agendamento e precipitação de certos órgãos da imprensa, internacional;

g) — as autoridades do Ministério do Interior estão no firme empenho de evitar todo e qualquer fomento ao sensacionalismo, pelo reconhecimento de que o assunto reclama seriedade e isenção, e a precipitação e o escândalo não se compadecem com a justiça;

h) — por iniciativa do Ministério do Interior, está em via de implantação a Fundação Nacional do Índio, entidade moderna e despida dos erros antigos, e que tem por finalidade precípua impor o respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais, bem como garantir a posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;

i) — finalmente, nenhuma insinuação ou declaração de sentido pessoal foi feita, em torno do assunto, pelo Senhor Ministro do Interior, contrariamente ao noticiado.

O desmentido ontem divulgado pelo Ministério do Interior não encontra amparo em fatos divulgados até no ano passado e não contestados na época de sua publicação, em diversos órgãos da imprensa carioca e paulista.

● O JORNAL DO BRASIL do dia 7 de setembro de 1967 publicou as seguintes declarações do Sr. João Batista Cavalcanti — um dos integrantes da Comissão de Inquérito nomeada pelo Ministro Albuquerque Lima para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios — em que afirmou que, por omissão dos funcionários do SPI, tribos inteiras estão sendo utilizadas na Amazônia no contrabando, "praticamente como escravos".

● O JORNAL DO BRASIL do dia 21 de outubro de 1967 publicou as seguintes declarações do então Ministro Interino do Interior, Sr. Pôrto Sobrinho — justamente o responsável pela prisão do ex-Diretor do SPI, Major-Aviador Luis Vinhas Neves — sobre as conclusões do inquérito-escândalo onde se lê, textualmente, que "quase todos os crimes previstos no Código Penal foram cometidos por responsáveis postos do SPI no interior de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul".

Mais adiante, o Sr. Pôrto Sobrinho afirmou que "as prisões no SPI têm até um caráter pedagógico; quem roubou tem que ir para a cadeia. O Governo atual não tolera a impunidade dos corruptos". A notícia termina informando que entre os militares que poderão ter suas prisões decretadas, estão ex-Diretores do Serviço de Proteção aos Índios.

Na época, o Major-Aviador Luis Vinhas Neves, tinha acabado de completar um ano e 10 meses como Diretor do SPI e acabara de ser demitido. Logo depois o Ministro Pôrto Sobrinho mandava prendê-lo.

● O JORNAL DO BRASIL do dia 22 de outubro de 1967 publica a notícia da prisão de 15 indicados no inquérito do Procurador Jader Figueiredo Correia — entre eles o Major-Aviador Luis Vinhas Neves que seria libertado 23 dias depois, através de um habeas-corpus.

As prisões foram realizadas pela Delegada Neves da Costa, da Polícia Federal, que cumpria ordem exarada pelo Ministro Interino do Interior, Sr. Pôrto Sobrinho.

● O JORNAL DO BRASIL do dia 2 de novembro de 1967 publica as seguintes declarações do Ministro do Interior, General Afonso de Albuquerque Lima, a propósito da transformação do Serviço de Proteção aos Índios em Fundação, justificando como "para promover o amparo ao aborígene, sua defesa e resguardo contra o extermínio e a opressão, sua libertação do pauperismo e sua integração final, sem empecilhos e entraves burocráticos".

● O Estado de São Paulo do dia 14 de março deste ano publicou declarações do responsável pelo inquérito-escândalo, Procurador Jader Figueiredo Correia, nas quais, depois de historiar os crimes ocorridos no SPI, o Procurador diz, textualmente, sobre o Major-Aviador Luis Vinhas Neves:

"É acusado de haver desviado nada menos de 1 milhão de cruzeiros novos e, entretanto, foi o único implicado que conseguiu escapar da prisão administrativa, graças a um habeas-corpus.

O Major Neves cometeu, nada menos de 42 delitos, podendo ser apontado, conforme concluiu a Comissão de Inquérito, como padrão de péssimo administrador, difícil de ser imitado; mesmo pelos seus piores auxiliares e protegidos".

O Procurador Jader Figueiredo Correia denunciou ainda dois casos de extinção de tribos indígenas. A primeira, dos Pataxós, na Bahia, cujos integrantes foram dizimados mediante inoculação de vírus de varíola. A outra, a dos Cintas-Largas, em Mato Grosso, foi eliminada por explosões de dinamite, atrada de aviões, e com rajadas de metralhadoras.

Para finalizar suas declarações, o Estado de São Paulo, o Procurador Jader Figueiredo Neves relacionou os seguintes crimes em que os acusados podem ser enquadrados:

- 1 — crimes contra a pessoa e a propriedade dos índios; desde assassinato, prostituição, escravagismo, à venda de produtos artesanais e de terras; 2 — desvio de dinheiro; 3 — adulteração de documentos oficiais; 4 — fraude em processos de comprovação de contas; 5 — desvio de verbas orçamentárias; 6 — aplicação irregular de dinheiros públicos; 7 — omissões dolosas; 8 — admissões fraudulentas de funcionários e, 9 — inércia administrativa.

● O JORNAL DO BRASIL, também do dia 14 de março deste ano, publica a notícia da formação, pelo Ministro Albuquerque Lima, de 12 Comissões de Inquérito para investigar o extermínio de tribos indígenas, baseado no relatório da Comissão presidida pelo Procurador Jader Figueiredo Correia, que denuncia os crimes de genocídio, assassinato e desvio de verbas praticados por funcionários do SPI contra as tribos indígenas.

Logo depois de entregar o relatório do inquérito-escândalo ao Ministro Albuquerque Lima, o Procurador Jader Figueiredo Correia disse ao JORNAL DO BRASIL que "o Major-Aviador Luis Vinhas Neves, ex-Diretor do SPI cometeu 42 crimes contra tribos, incluindo venda ilegal de terras, seqüestros e assassinato em massa".

Na Bahia — afirmou o Procurador Jader Figueiredo Correia — duas tribos Pataxós foram exterminadas pela inoculação de varíola e, em Mato Grosso, os Cintas-Largas vêm sendo dizimados com dinamite atrada de aviões. Os marteiros metralham os índios que escapam das explosões.

Depois de traçar um quadro de horror quase indescritível de violências contra tribos de índios, de norte a sul do Brasil, o Procurador Jader Figueiredo Correia disse que "não apenas pelo desvio de verba, que representa pouco, mas pela constatação de taras sexuais, assassinatos, lenocínio e todos os crimes capitulados no Código Penal, contra o índio e sua propriedade, interfere-se que, o SPI foi, durante anos, um antro de corrupção e matança indiscriminada".

— O Major-Aviador Luis Vinhas Neves — disse o Procurador Jader — como Diretor do SPI, em dois anos de gestão, locupletou-se com NCr\$ 1 milhão e cometeu 42 delitos, desde o assassinato à venda ilegal de terras. Trabalhava embriagado e, como administrador, nunca se achará outro pior.

— Não se pode transigrir com os acusados — finalizou o Sr. Jader Figueiredo Correia. — A Comissão trabalhou com cautela, evitando brechas para a impunidade.

— Indiciamos 134 funcionários, demitimos 200 servidores e anulamos 38 efetivações fraudulentas. Sofremos 32 ameaças de morte e seis tentativas de suborno.

O vespertino Última Hora do dia 15 de março deste ano, publicou as seguintes declarações do Procurador Jader Figueiredo Correia:

— O episódio da extinção dos índios Pataxós, em Itabuna, poderá se tornar um escândalo de grandes proporções, já que nomes de políticos balanos vêm sendo citados e, entre eles, figuram dois ex-Ministros de Estado, um deles ex-Governador da Bahia e que desfrutava de projeção política nacional e internacional.

Mais adiante o Procurador informa que entre os acusados no relatório da Comissão de Inquérito estão dois generais, um tenente-coronel e dois maiores, todos ex-Diretores do extinto SPI.

A certa altura de suas declarações, o Sr. Jader Figueiredo Correia diz que "jamais foram apuradas as denúncias de quem inoculou o vírus de varíola nos infelizes indígenas para que se pudessem distribuir suas terras entre figuras do Governo e da política balana".

Uma das torturas aplicadas contra os índios, segundo o Procurador Jader Figueiredo Correia, era a tronco, que consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocada entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente.

● O Correio da Manhã, no dia 16 de março deste ano, publica declarações de um ex-inspetor do extinto Serviço de Proteção aos Índios, Sr. Hélio Jorge Buckner, que contesta as declarações do Procurador Jader Figueiredo Correia no caso do extermínio dos índios Pataxós, defendendo os funcionários do SPI.

● O JORNAL DO BRASIL do dia seguinte, 17 de março, publica declarações do Ministro Albuquerque Lima que, em Brasília, disse que não haverá, em hipótese alguma, perdão para os que espoliaram os indígenas durante vários anos.

O Ministro do Interior afirmou na ocasião que "além do processo administrativo, irá promover a ação penal e, sempre que possível, o confisco dos bens dos corruptos". A notícia informa que estão entre os acusados um ex-Governador e ex-Ministro. Não foi contestada pelo General Albuquerque Lima.

Mais adiante o Ministro diz que "nunca encontrei em minha vida tanta corrupção e nem seria possível admitir-se que os culpados não sejam punidos. Eles serão punidos, seja quem for".

## Cinco países estão perplexos

A repercussão que vêm tendo no estrangeiro as denúncias das autoridades do Ministério do Interior em relação ao inquérito-escândalo do ex-SPI está traumatizando a opinião pública da França, Alemanha, Romênia e Inglaterra, onde os órgãos mais respeitáveis têm dado grande destaque às notícias. A Revista Lumeu, órgão oficial dos Jornalistas Profissionais da Romênia, pediu por telex à Agência JB o noticiário completo sobre o inquérito-escândalo.

Nos Estados Unidos o New York Times publicou a notícia em sua primeira página. A Agência Inglesa Thonsonnews, que representa o Sunday Times, um dos maiores jornais da Inglaterra, fez o mesmo e, na Alemanha, a Neue Revue, de Hamburgo, publicará uma extensa matéria sobre o escândalo.

O último número da Revista francesa L'Express, uma das mais importantes do mundo, publica uma matéria sob o título Genocídio na Amazônia. O articulista começa a matéria de forma patética: "Três meses de inquérito acabam em um enorme escândalo que toma o Brasil e o deixa terrificado".

— Um antigo Ministro, um antigo Governador, oficiais, mais de 100 funcionários de um organismo oficial e o próprio Serviço de Proteção aos Índios, são acusados de ter participado da exterminação sistemática de muitos milhares de indígenas.

Depois de afirmar que as provas "são certas e terribles", o articulista do L'Express cita o JORNAL DO BRASIL, "um dos mais influentes do Rio", e até uma frase de um dos editoriais do JB sobre o inquérito-escândalo: "Toneladas de vergonha pesam sobre nós."

— Os meios para exterminar os índios vão da inoculação de varíola ao machado, da granada à metralhadora — prossegue o L'Express.

Mais adiante afirma que "os sobreviventes eram liquidados por coinandos de matadores, de assassinos oficiais". E informa a opinião pública francesa que "frequentemente os índios eram cortados em dois, pendurados às árvores, torturados, e suas mulheres prostituídas". A matéria cita, ainda, como principal responsável por este genocídio, o Coronel Luis Vinhas Neves, ex-Diretor do SPI.

— Mais de uma vez foi ele mesmo que supervisionou as operações, diz o L'Express. O artigo termina afirmando que "O Brasil espera castigos exemplares aos culpados".

O Le Monde, de Paris, em sua edição do dia 20 de março diz que, segundo denúncia do "relator da Comissão de Inquérito instalada pelo Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, Sr. Jader Figueiredo, em 700 funcionários do SPI, pelo menos 134 estão diretamente implicados".

Mais adiante informa que "o ex-Diretor do SPI conseguiu

acumular uma fortuna que passava dos 400 mil dólares".

No dia 22 de março, em matéria de uma lauda e meia, o Le Monde volta ao assunto: — Um antigo Ministro do Governo Castelo Branco estaria implicado no massacre dos índios — é o título da matéria.

O Le Monde cita o jornal carioca Correio da Manhã e explica que, de acordo com o jornal brasileiro, "os pataxós foram exterminados por representantes de grupos de colonização politicamente ligados a Juracy Magalhães, que era na época o Governador da Bahia. Os índios foram mortos pela inoculação da varíola".

Mais adiante o mais respeitado jornal da França lembra o livro do professor Levi-Strauss, "Tristes Trópicos, que fez alusão a essa exterminação, provocando então indignação e desmentidos.

Nos Estados Unidos, o Los Angeles Times do dia 21 publica uma matéria de seu correspondente no Rio que faz uma descrição das denúncias do Ministério do Interior e termina por dizer que põe em dúvida o propósito do Governo em resolver o problema.

No Rio, ontem, com uma cópia da nota oficial do Ministério do Interior, desmentindo as acusações "envolvendo certas e determinadas pessoas", o ex-Ministro Interino do Interior, Sr. Pôrto Sobrinho, disse ao JORNAL DO BRASIL que "é claro que o Vinhas é culpado".

### Leia Editorial "Genocídio Arquivado"